

DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n3p551-565>

Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação: o movimento “Escola sem Partido” para além do projeto de lei

Jeferson Anibal Gonzalez
Michele Cristine da Cruz Costa

Resumo: No presente artigo, compreende-se o movimento “Escola sem Partido” dentro de um contexto mais amplo de determinação e reprodução da sociabilidade capitalista. Inicialmente, é discutida a aliança entre neoliberais e neoconservadores, passando à discussão da educação sob a égide desses ideários e, por fim, apresenta-se o movimento “Escola sem Partido” como suporte desse ideário no campo educacional. Conclui-se pela defesa de uma luta contra-hegemônica que supere a falsa separação entre educação, técnica e política, possibilitando aos professores o cumprimento de seu compromisso ao lado da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Neoliberalismo e educação. Neoconservadorismo e educação. Escola sem partido.

Neoliberalism, neoconservatism and education: the movement "Nonpolitical Schools" beyond the bill

Abstract: In this article, we understand the "Nonpolitical Schools" movement within a broader context of determination and reproduction of capitalist sociability. Initially, the alliance between neoliberals and neoconservatives is discussed, we proceed to discuss education based on these ideals, and finally, the "School without Party" movement is presented as a support of this ideology in the educational field. We conclude in favor of a counter-hegemonic struggle that overcomes the false separation between education, technique and politics, enabling teachers to fulfill their commitment in support of the working class.

Keywords: Neoliberalism and education. Neoconservatism and education. Nonpolitical schools.

Introdução

O autointitulado movimento “Escola sem Partido” ganhou expressão nacional ao apresentar projetos de lei em diversas câmaras legislativas municipais, estaduais e também em âmbito federal. Entende-se, porém, que apesar de revelarem o conteúdo reivindicatório imediato desse movimento, esses projetos de lei são apenas a ponta do *iceberg*, uma superfície fenomênica que guarda submersa sua essência calcada na pretensão de manter e, contraditoriamente, ampliar as relações sociais que caracterizam o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Assim, no presente artigo, pretende-se discutir o movimento “Escola sem Partido” para além dos projetos de lei, dentro de um contexto mais amplo de determinação e reprodução da sociabilidade capitalista, enquadrando-o como um dos grupos que representam no campo educacional a ânsia neoliberal e neoconservadora no Brasil.

Com esse intuito, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico-bibliográfico e documental, buscando-se trabalhar com fontes primárias produzidas pelo próprio movimento e também com textos que versam sobre os temas aqui abordados. Em relação aos resultados, apresenta-se inicialmente a constituição da aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo que vem se forjando no país em semelhança à movimentação em âmbito internacional. No segundo ponto, centra-se na discussão sobre a organização da educação sob a égide neoliberal e neoconservadora, realçando o atrelamento da formação humana à adaptação dos sujeitos à sociabilidade capitalista. Esclarecidos esses pontos, passa-se à discussão do movimento “Escola sem Partido”, desvelando a adesão de seus membros ao ideário neoliberal e neoconservador e a proposição por eles de um trabalho pedagógico pautado na neutralidade, elegendo a técnica como central em detrimento da política.

Pautando a necessidade de uma luta contra-hegemônica ao ideário neoliberal e neoconservador, conclui-se pela defesa no campo educacional de uma sólida formação técnica dos professores que os possibilite cumprir seu compromisso político ao lado da classe trabalhadora, superando, assim, a falsa separação entre educação, técnica e política.

A aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo

[...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo (HARVEY, 2008, p. 12).

A hegemonia neoliberal, forjada nos anos 1970 e consolidada ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000, atinge as diversas esferas da vida social, chegando a se colocar como pensamento único em alguns círculos políticos e acadêmicos. Entre as suas principais diretrizes, está a ideia de que o Estado deve se abster de intervir em diversos setores, como o dos direitos sociais, deixando-os à livre iniciativa autorreguladora. O Estado, arcaico e ineficiente, deve ceder espaço ao setor privado, moderno e eficiente. Mas esse “Estado mínimo”, longe de significar a extinção do aparato estatal, revela a necessidade de um Estado forte para garantir o predomínio dos valores mercadológicos nas relações sociais. Como nos lembra Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (2008, p. 12).

Como surgem esses pressupostos? Após a Segunda Guerra Mundial, o “aprimoramento” do capitalismo apareceu como uma exigência à garantia da paz pelo combate ao comunismo. Financiador do pleno emprego e de políticas públicas que garantissem os direitos sociais (como educação, saúde, moradia e previdência social), o chamado Estado de Bem-Estar social foi forjado, assim, como exemplo de que a democracia se realizaria somente nos países capitalistas em oposição às “ditaduras” comunistas situadas principalmente no leste europeu. Com a combinação entre Estado e mercado – que Harvey denomina “liberalismo embutido” – os países ocidentais industrializados experimentaram entre anos 1950 e 1960, um crescimento econômico com altas taxas de desenvolvimento social financiado pelo aporte estadunidense. No entanto, ao final da década de 1960, sinais de uma grave crise econômica começam a aparecer com aumento da inflação e do desemprego. “O liberalismo embutido que gerara altas taxas de crescimento pelo

menos nos países capitalistas avançados depois de 1945 estava claramente esgotado e deixara de funcionar. A superação da crise requeria alguma alternativa” (HARVEY, 2008, p. 126).

O Estado foi eleito, então, como um dos principais responsáveis pela crise econômica e mundial dos anos 1960, já que o mesmo regulava a implementação de políticas de extensiva liberação econômica, privatizações, livre comércio, o reforço e desenvolvimento do setor privado na economia. Esse discurso ganha notoriedade a partir de economistas como Friedrich Hayek (Escola Austríaca) e Milton Friedman (Escola de Chicago), ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 1974 e 1976, respectivamente. No campo político, são marcos da virada neoliberal, o governo de Margareth Thatcher como primeira-ministra da Grã-Bretanha a partir de 1979 e a ditadura liderada por Augusto Pinochet no Chile entre 1973 e 1990.

Ao lado dos pressupostos econômicos, nas últimas décadas um outro conjunto de ideias vem consolidando sua hegemonia na política e na organização da sociedade como um todo. Trata-se do neoconservadorismo. Qual sua relação com o neoliberalismo? Ricardo Moll (2015) indica que:

Nos anos 1960 e 1970, a desilusão com o liberalismo estadunidense e com o conservadorismo moderado somada à oposição ao comunismo promoveu uma nova geração de conservadores, que mesclavam os ideais do liberalismo clássico com uma perspectiva moral da sociedade. Os neoconservadores e o neoconservadorismo partiam do mesmo princípio dos neoliberais, acreditando que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento, prejuízos à produtividade e, mais do que isso, desestimulavam o trabalho e a inovação. Portanto afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Acima de tudo, o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Isso teria aumentado a criminalidade e enfraquecido os Estados Unidos. Desse modo, os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista). Por isso, além de medidas econômicas, seria necessário reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos, liderados por homens capazes e ilibados.

A partir do exposto, é evidente a aliança entre neoliberais e neoconservadores no campo econômico. No entanto, Moll (2015) ressalta ainda que esses não são faces da mesma moeda, pois possuem trajetórias diferentes a partir de suas matrizes (liberalismo e conservadorismo) e divergem em pontos como legalização das drogas e descriminalização do aborto entre outros temas polêmicos. O que parece, porém, é que conjunturalmente neoliberais e neoconservadores convergem em suas defesas e atuações políticas por possuírem um posicionamento de classe em

comum, qual seja, da classe que busca se perpetuar enquanto dominante no modo de produção capitalista. Dessa forma, a aliança elege seus adversários comuns, em geral as proposições de esquerda, passando a atuar conjuntamente no campo da política, utilizando a mídia como um dos principais aliados na manutenção de sua hegemonia.

Como essa relação se apresenta no Brasil? Sobretudo a partir da década 1990, com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o ajuste neoliberal no Brasil promoveu a privatização de diversas empresas estatais e reformas políticas que visavam à desresponsabilização do Estado na garantia de direitos sociais; as políticas públicas deixam de ser prioridade e transitam fortemente do campo social para o político atrelado à lógica do mercado. Já os neoconservadores ocupam atualmente parte expressiva dos cargos na câmara e no senado brasileiro, formando o que se convencionou chamar de bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia). Com forte apelo religioso, essa bancada apresenta pautas que aglutinam o campo econômico e moral, sendo contrários às pesquisas com células-tronco, à demarcação das terras indígenas, ao casamento civil homoafetivo, por exemplo. Essa bancada compôs também o *front* de ataque à presidenta Dilma Rousseff, exercendo papel decisivo no ato primeiro do golpe jurídico-parlamentar sofrido pelo país em 2016, demonstrando a força da aliança entre neoliberais e conservadores, da “nova direita” brasileira (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015), expressa nas reformas implementadas ou ainda pretendidas pelo atual governo de Michel Temer.

A educação sob a Égide neoliberal e neoconservadora

Como formação humana, a educação é um campo de disputas políticas e ideológicas em torno do controle do tipo de sujeito a ser formado. Nesse sentido, o neoliberalismo e o neoconservadorismo, enquanto ideários que defendem determinado projeto de sociedade, pretendem pautar as políticas públicas educacionais, da organização currículo e do trabalho didático-pedagógico do professor aos sistemas de avaliação institucional e de desempenho dos alunos.

Pablo Gentili (1995), Gaudêncio Frigotto (1995), Tomaz Tadeu da Silva (1995) e Michael Apple (1995) em seus textos compilados no livro *Neoliberalismo, Qualidade Total e educação* (GENTILI; SILVA, 1995) demonstram que num contexto de crise, as propostas de reestruturação política, econômica, social e educacional compreendem a sociedade em função do mercado, dos

interesses privados e empresariais. Nesse sentido, a educação passa por um processo de reconfiguração conceitual, novas propostas são apresentadas como aliadas ao progresso fazendo que o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada passe por um esvaziamento, priorizando a educação-mercadoria de acordo com o ideário neoliberal e neoconservador.

Os ajustes neoliberais vendem o discurso de que a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem o desenvolvimento e o avanço social. Nesse modelo, o trabalho didático-pedagógico pautado na transmissão dos conhecimentos é considerado como inadmissível num cenário de avanços tecnológicos em que o aluno precisa ter um pensamento dinâmico para uma sociedade em constante transformação. O conhecimento enquanto patrimônio histórico e cultural é substituído por conhecimentos provisórios, ou seja, a escola tem que ensinar o jovem a lidar com as informações de modo que consiga adquirir um pensamento pragmático, reflexivo e que dê conta de resolver novos desafios de uma economia global, competitiva e volátil.

A educação, assim, é posta como solução para o êxito individual na competição, ou seja, como fator principal empregabilidade, sendo que “na visão neoliberal, o ponto de referência para condenar a escola atual não são as necessidades das pessoas e dos grupos envolvidos, sobretudo aqueles que mais sofrem com as desigualdades existentes, mas as necessidades de competitividade e do lucro das empresas” (SILVA, 1995, p. 25).

Para Duarte (2001), existe uma “epistemologia implícita ao ideário neoliberal” infiltrada no pensamento pedagógico. Essa epistemologia pode ser apreendida a partir da concepção de sociedade e conhecimento presente na obra de Hayek, na qual se encontra:

[...] uma naturalização do social, que é visto como resultante incontrolável e incognoscível das imprevisíveis ações individuais. O conhecimento individual, por sua vez, é reduzido à percepção imediata e a saberes tácitos. Estamos perante uma teoria do conhecimento como fenômeno cotidiano, particular, idiossincrático e não assimilável pela racionalidade científica. É também uma teoria da sociedade como um processo natural sobre o qual deve-se evitar ao máximo qualquer interferência, pois esta produz danos ao desenvolvimento natural e produz também injustiça por privilegiar alguns agentes sociais em detrimento de outros (DUARTE, 2001, p. 100).

Percebe-se aí um dos argumentos utilizados pelo “Escola sem Partido”, qual seja, o de uma escola que se resume a não contrariar os conteúdos cotidianos de cada família, compreendendo a aprendizagem como algo individual e resultante da percepção imediata da realidade.

Como exemplo da apropriação dessa epistemologia, encontra-se a obra *Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva*, na qual Vitor Fonseca (1998, p. 307) aponta a relação que a educação escolar desempenha frente à prática social na sociedade capitalista ao exemplificar que o aprendizado deve ser trabalhado de uma maneira mais participativa para aperfeiçoar a autonomia individual do aluno, o pensamento crítico e a maximização das competências cognitivas, ou seja, se a escola não possibilitar que o aluno atenda esses requisitos, ela o colocará em defasagem de conhecimentos e impossibilitando-o de se tornar um “homem de negócios”, um empreendedor.

Nessa lógica, o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais coincidem com o que se espera na esfera da produção e discursos que fomentam o adestramento para o trabalho vão formatando a organização educacional em nome da reestruturação econômica, em detrimento do caráter público e democrático da escola. A educação, ao ser usurpada do processo de emancipação da classe trabalhadora, abre espaço para que discursos moralistas, conservadores e “civilizadores” sejam incorporados em nome de uma suposta democracia.

Juntamente com a incorporação de discursos neoliberais no cenário educacional, Silva (1995, p. 26) diz que o neoconservadorismo se torna outro importante aliado para o enfraquecimento do projeto de escola pública enquanto espaço público, democrático e de qualidade. O sentido social da educação passa a ser o empobrecimento por meio do discurso em defesa da escola enquanto espaço de aprendizagem de antigos e “bons” valores da família e da moralidade.

Ao distorcer o sentido da educação enquanto alavanca para um projeto de igualdade e luta social, são propostas reformas educacionais com promessas de construção de um país melhor e de expansão de oportunidades escondendo os efeitos de massacre cultural e desigualdades sociais que podem ser ocasionadas por meio da aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo.

O descompasso entre as promessas de escolarização, a criação de empregos e construção de um país mais justo são estratégias necessárias para manutenção do *status quo*, já que a universalização e democratização do ensino tem colocado em risco o poder e a supremacia da burguesia. Apple (1995, p. 193) recorre à discussão de *capital cultural* proposta por Bourdieu para mostrar que à sobrevivência da sociedade capitalista e manutenção dos princípios neoliberais, *capital cultural* pode ser entendido como “posse”.

Encerrando este item, o que se observa é que o atrelamento da educação à lógica da sociabilidade capitalista defendida por neoliberais e neoconservadores visa o controle da formação dos seres humanos, adaptando-os a esse modo de produção. Para isso, lançam mão de reformas educacionais que buscam interferir na própria organização do trabalho didático-pedagógico. O sucesso dessas “reformas”, depende também do convencimento da população por meio intensa propagando não só na mídia, mas também na reconversão de bandeiras de luta da classe trabalhadora em ações a favor da classe dominante (GONZALEZ, 2010). O movimento “Escola sem Partido”, ao incorporar essas propostas em seu discurso, apresenta-se como suporte do ideário neoliberal e neoconservador na educação, como se apresenta no próximo item.

O movimento “Escola sem Partido” como suporte neoliberal e neoconservador na educação

Fundado em 2004 e transformado em Organização Não-Governamental em 2015, o movimento “Escola sem Partido” se aproveita do clima de recrudescimento do autoritarismo político que culminou no golpe jurídico-parlamentar de 2016 para recrutar adeptos a partir de seu discurso sedutor de proteção dos educandos dos antros de doutrinação que, segundo seus proponentes, estão submetidos os estudantes brasileiros. Nesse sentido, Barbosa (2017) aponta que “o Escola sem Partido é reflexo do contexto regressivo que se encontra a sociedade brasileira na atualidade” e completa:

No contexto de reorganização da direita no cenário político brasileiro vem ganhando destaque a mobilização e organização de movimentos políticos e partidos regressivos, principalmente de matriz liberal e conservadora, presentes em atos públicos e nos meios de comunicação. Obtendo destaque, o denominado movimento “Escola Sem Partido”, é atuante não só em espaços na sociedade civil e tem apoiadores e simpatizantes em instituições da sociedade política, no âmbito do legislativo e executivo (BARBOSA, 2017, p. 86).

Ao se aprofundar na identificação dos “colaboradores” do movimento e suas relações na sociedade civil e política, baseando-se nos trabalhos de Barbosa (2017), Brait (2016) e Espinosa e Queiroz (2017), fica claro que o “Escola sem Partido” tem partido. Seu líder, Miguel Nagib, é advogado e foi articulista do Instituto Millenium, entidade sem fins lucrativos formada por intelectuais e empresários. No site do instituto, afirmam que: “o *think tank* promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à

ação do governo” (INSTITUTO MILLENIUM, 2018). Segundo Barbosa (2017), o Instituto Millenium é:

Uma das grandes instituições ou aparelhos privados de hegemonia, que colaboraram com a hegemonia do bloco de poder no processo de Estado de Exceção vigente, através da coordenação de uma agenda política liberal-conservadora, propalada por seus membros, consultores e financiadores, que tem grande influência na sociedade civil e na sociedade política (p. 90).

Nessa primeira identificação, já é possível relacionar o movimento Escola “sem” Partido às ideias neoliberais e neoconservadoras defendidas e difundidas por esse *think tank*. Segundo Barbosa (2017, p. 6), o termo *think tank* advém de campo militar, significando centros de reflexão, ou locais de discussões estratégicas sobre questões vitais. Interessante observar que esse tipo de organização da sociedade civil ganha força ao final da Segunda Guerra, influenciando eleições principalmente nos EUA. Como os olhos dos grupos que se posicionam ao lado das classes dominantes no Brasil estão sempre voltados aos EUA, com o ESP não podia ser diferente. Uma de suas inspirações foi movimento *No Indoctrination*, como afirma Miguel Nagib no site do movimento: “Inspirados nessa bem-sucedida experiência, decidimos criar o EscolasemPartido.org, uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária” (NAGIB, 2018). Segundo Espinosa e Queiroz (2017, p. 50) o *No Indoctrination* surge da indignação de Luann Wright “ao perceber um viés crítico nos textos e nas atitudes de um certo professor de literatura de seu filho, que orientava a leitura de artigos qualificados por ela como ‘tendenciosos’ sobre o racismo dos brancos contra os negros”. Muito semelhante ao motivo declarado por Miguel Nagib, qual seja, o de que sua filha estava sendo doutrinação por um professor que comparara São Francisco de Assis a Che Guevara.

Ainda no campo da sociedade civil, Daniele Brait (2016) cita como apoiadores do projeto Beatriz Kicis (cunhada de Miguel Nagib e membro do grupo *Revoltados Online*; foi recebida em companhia do ator pornô Alexandre Frota pelo então ministro da educação José Mendonça Bezerra Filho - DEM), Olavo de Carvalho (que se autodenomina filósofo e ganhou fama por vídeos no *YouTube* nos quais vocifera contra o que ele denomina marxismo cultural) e Rodrigo Constantino (do Instituto Liberal, membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL), ex-colunista da revista *Veja* e autor do livro *Privatize Já!*).

Entre os políticos que se alinham como ESP em âmbito nacional, estão os deputados Erivelton Santana (PSC-BA), que apresentou o PL 7180/2014 – que inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa (BRASIL, 2014); o deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF) com o PL 867/2015 - apensado ao PL 7180/2014 (BRASIL, 2015); João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica e autor do projeto PLC 234/201 apelidado de “cura gay”, Rogério Marinho, deputado federal (PSDB-RN) autor do PL 1411/2015, que torna crime o “assédio ideológico” em ambiente escolar e Magno Malta (PR-ES), pastor evangélico e senador, autor do PL 193/2016, que visa incluir entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido" – proposta que foi retirada pelo autor (BRASIL, 2016).

Como se observa, os nomes ligados ao movimento “Escola sem Partido” são reconhecidos representantes do ideário neoliberal na economia e defensores de pautas neoconservadoras no campo político. Feita essa constatação das personalidades e tendo em vista o objetivo deste artigo, entre as diversas bandeiras levantadas pelo movimento destaca-se o entendimento da educação como mercadoria e a defesa da neutralidade do trabalho pedagógico.

O entendimento da educação como mercadoria pelo movimento “Escola sem Partido” fica claro quando o um de seus líderes, Miguel Nagib, declara que a inspiração para o projeto foi o Código de Defesa do Consumidor. Essa afirmação aconteceu durante uma Audiência Pública no Senado Federal realizada 01/09/2016 (NAGIB, 2016), transcrita por Penna (2017). Diz ele:

O nosso projeto foi inspirado no código de defesa do consumidor. O Código de Defesa do Consumidor intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador dos serviços que são prestados pelos fornecedores. Da mesma maneira, a nossa proposta ela intervém na relação de ensino-aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação que é o estudante, aquele indivíduo vulnerável, que está se desenvolvendo (PENNA, 2017, p. 39).

Identificar a relação educativa como uma relação entre fornecedores e consumidores significa entender a educação como uma mercadoria e não como direito, estando, por tanto, submetida às regras do mercado. Como o mercado, para neoliberais e neoconservadores, aparece como o reino de tudo que é bom na Terra, a defesa da tríade ideológica da eficiência, da produtividade e da neutralidade (LIMA; GONZALEZ; LOMBARDI, 2017) torna-se no campo educacional uma bandeira de luta do movimento “Escola sem Partido”. O movimento alinha-se,

assim, à ânsia do atual governo com apoio da Bancada BBB em estabelecer reformas educacionais de caráter gerencialista, como Salomão Ximenes aponta:

[...] Além de representar um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais, conforme destacamos, o controle ideológico sobre professores e estudantes articula-se às demais agendas de reformas educacionais de caráter gerencial, como a privatização e o corte de recursos públicos para a educação pública. Essas frentes de ataques à escola pública, às quais se deve somar ainda a militarização das escolas – o ápice do controle totalitário na educação, estão se fortalecendo mutuamente em torno de um renovado projeto liberal-conservador (XIMENES, 2016, p. 57).

O controle ideológico dos professores parte da premissa de que cabe ao professor somente realizar o seu trabalho de forma técnica. Nesse sentido, o movimento adotou o lema “Professor não é educador”. A adoção desse lema incorpora do senso comum pedagógico a ideia de que “educação vem de casa” e à escola é designada a função de transmissora de conteúdos pré-definidos, neutros, não contaminados por posicionamentos político-ideológicos. Afinal, querem que seja vedada “a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” e “o Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”, como se lê nos Artigos 3º e 4º, respectivamente, do Projeto de Lei nº 867 de 2015 apresentado na Câmara Federal visando “a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do Programa Escola sem Partido” (BRASIL, 2015). O que os proponentes do ESP esquecem é que, do ponto de vista legal, a educação é responsabilidade não só família, mas também do Estado em colaboração com a sociedade como um todo, como versa o Art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Do ponto de vista pedagógico, a questão da neutralidade do trabalho do professor nos remete aos debates da década de 1980 sobre competência técnica e compromisso político. Grosso modo, saídos de um período tenebroso da história brasileira, no qual a ditadura civil-militar impôs um tipo de educação que cerceava as discussões políticas e elegia a técnica como forma de controle do trabalho didático-pedagógico para que não se formasse um senso crítico em relação ao regime ditatorial, muitos educadores passam a discutir a relação entre educação e política e o lugar da técnica nesse processo, sintetizado no seguinte problema: seria mais importante que o professor possuísse uma competência técnica capaz de efetivar a aprendizagem dos conteúdos

tradicionais ou, na verdade, o que seria importante é o compromisso político do professor em favor da construção de uma sociedade democrática?

Protagonizaram esse debate, nos primeiros anos da década de 1980, Guiomar Namó de Mello com o livro *Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político* (MELLO, 1982) e Paolo Nosella com o artigo *O compromisso político como horizonte da competência técnica* (NOSELLA, 1983). Em 1983, Dermeval Saviani interveio no debate por meio do texto *Competência Política e Compromisso Técnico (o pomo da discórdia e o fruto proibido)* e a partir de Gramsci, concluiu que:

Parafraseando Gramsci, eu diria que nós estamos ainda na fase romântica da defesa do compromisso político em educação. Nesta fase, os elementos da luta contra a concepção técnico-pedagógica restrita e supostamente apolítica dilataram-se morbidamente por causa do contraste e da polêmica. É necessário passar à fase clássica, encontrando nos fins a atingir a fonte para a elaboração das formas adequadas de realizá-los. Ora, a identificação dos fins implica imediatamente competência política e mediatamente competência técnica; a elaboração dos métodos para atingi-los implica, por sua vez, imediatamente competência técnica e mediatamente competência política. Logo, sem competência técnico-política não é possível sair da fase romântica. Cabe, enfim, acumular forças, unificar as lutas, visando a consolidar os avanços e tornar irreversíveis as conquistas feitas, trilhando um caminho sem retorno no processo de reapropriação, por parte das camadas trabalhadoras, do conhecimento elaborado e acumulado historicamente. Nisto, Guiomar, Paolo e eu estamos inteiramente de acordo (SAVIANI, 2003, p. 63-64).

O retorno a esse debate demonstra um recrudescimento das ideias pedagógicas de um período marcado pelo autoritarismo e pela censura. Seria esse o objetivo do movimento “Escola sem Partido”? Apesar de seus militantes afirmarem que apenas defendem o direito da família educar seus filhos dentro da moral e dos bons costumes, sem influência externa, percebe-se que o movimento almeja verdadeiramente o controle do trabalho pedagógico. Como afirma o professor Saviani em outro momento: “O papel da escola não é o de mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram à nossa percepção imediata”. (SAVIANI, 2011, p. 201). Para isso, precisamos de professores com uma boa formação técnica, mas também com liberdade de ensinar e pesquisar no sentido da realização do compromisso político ao lado das camadas populares.

Considerações finais

Num contexto histórico-político e econômico, marcado pela aliança entre neoliberais e conservadores, que se utilizam de aparelhos ideológicos como a mídia para a disseminação de discursos de ódio, somos envolvidos numa narrativa mediada pela sedução retórica da inovação, da modernidade e, contraditoriamente, da ordem e do progresso. Na ânsia do convencimento, utilizam argumentos de desresponsabilização do Estado que sustentam propostas calcadas na desregulamentação da força de trabalho, flexibilização do processo produtivo e surgimento de reformas educacionais de caráter gerencial, utilitarista, individualista e baseado no âmbito da instrumentalização escolar. A questão da técnica, garantidora da produtividade e da eficiência, é colocada aparentemente acima da política, quando na verdade, como se procurou demonstrar, o movimento “Escola sem Partido” tem partido, tem em mente um projeto de sociedade e sua ação articula-se ao contexto geral de manutenção das relações sociais de exploração da classe trabalhadora.

A luta contra-hegemônica exige o entendimento de um contexto mais amplo sem o qual não se apreende a raiz das questões. Foi o que se propôs nesse artigo: compreender o movimento “Escola sem Partido” para além de seu projeto de lei, demonstrando as relações de seus proponentes a um movimento mais amplo capitaneado por defensores do ideário neoliberal e neoconservador.

Espera-se, assim, que esse artigo contribua com a articulação das demandas classe trabalhadora no campo educacional em oposição e resistência a essa atual ofensiva do capital.

Referências

APPLE, M. W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A 'Escola sem Partido': grupos políticos e empresariais e o ativismo político liberal-conservador no Brasil atual. **Mouro: Revista Marxista**, São Paulo, v. 8, p. 85-104, 2017.

BRAIT, Danielle. Os protagonistas do ESP. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 8 fev. 2018.

GONZALEZ, Jeferson Anibal; COSTA, Michele Cristine da Cruz. Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação: o movimento “Escola sem Partido” para além do projeto de lei.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 7180/2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 24 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>. Acesso em: 8 fev. 2018

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 867/ 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido" – Apensado ao PL 7180/2014. Brasília: 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 193/2016**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FONSECA, Vitor. **Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 111-177.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Concepções, reconversões e perspectivas para a construção da educação popular. **Quaestio: Revista de Estudos de Educação**, Sorocaba, v. 12, n. 2, p. 5-16, nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/188/188>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO MILLENIUM. **Quem somos**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

LIMA, Marcos Roberto; GONZALEZ, Jeferson Anibal; LOMBARDI, José Claudinei. A gestão empresarial da rede estadual de educação de São Paulo: o papel da tríade ideológica eficiência, produtividade e neutralidade. **Rev. HISTEDBR**, Campinas, v. 17, n. 3, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8650924>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político**. São Paulo: Cortez, 1982.

MOLL, Ricardo. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? **Semdiplomacia**, São Paulo, 23 jul. 2015. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opiniao/2015/43>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

GONZALEZ, Jeferson Anibal; COSTA, Michele Cristine da Cruz. Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação: o movimento “Escola sem Partido” para além do projeto de lei.

NAGIB, Miguel. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 8 de fev. 2018.

NAGIB, Miguel. **Audiência pública para debater a liberdade de expressão na sala de aula**. TV Senado, 1 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jwGErV-1zUo>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

NOSELLA, Paolo. O compromisso político como horizonte da competência técnica. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n.14, p. 91-97, 1983.

PENNA, F. de A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: GAUDÊNCIO, Frigotto (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017. p. 35-48.

SAVIANI, Dermeval. Antecedentes, origens e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). **Pedagogia histórico-crítica**: 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Competência política e compromisso técnico (o pomo da discórdia e o fruto proibido). In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Tomas Tadeu. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.

XIMENES, S. O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido”? In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.

Jeferson Anibal Gonzalez
Instituto Federal de São Paulo - IFSP | Professor EBTT - Educação/
Pedagogia
Jacareí | SP | Brasil. Contato: jeferson.gonzalez@ifsp.edu.br
ORCID 0000-0002-7118-5132

Michele Cristine da Cruz Costa
Instituto Federal de São Paulo - IFSP | Professor EBTT - Educação/
Pedagogia
Sertãozinho | SP | Brasil. Contato: michele.cristine@ifsp.edu.br
ORCID 0000-0003-1151-6697

Artigo recebido em: 5 abr. 2018 e
aprovado em: 30 jun. 2018